

Dívida estadual poderá ser paga com desconto

■ Mas governador terá de oferecer garantias reais

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse, ontem, que o governo está analisando a proposta de conceder descontos nas dívidas mobiliárias dos estados. Mas, em troca, salientou o ministro, serão exigidas garantias reais dos governadores. "Vamos fazer um *mix* das opções usadas na renegociação da dívida contratual, feita em 1993, e as usadas no acordo da dívida externa", disse Malan.

Segundo o ministro, uma dessas opções será o bônus com desconto, que permitiu aos credores externos do Brasil receber mais rapidamente seus créditos, mas impôs um desconto de até 45% no valor total da dívida. O ministro disse que as garantias exigidas serão as privatizações de empresas estatais.

Malan afirmou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está estudando as formas de ajudar os estados e municípios a fazerem seus programas de privatização. Uma das propostas em análise no banco é a de se conceder linhas de financiamentos, que poderão ser concedidos antes mesmo da venda das empresas. Esse dinheiro ajudaria os governadores a colocarem suas contas em dia. Mas Malan não disse quando esses empréstimos começarão a ser concedidos.

Nacional — Malan voltou a dizer que a o Programa de Ajuda à Reestruturação do Setor Financeiro (Proer) é melhor do que uma crise. "A questão aqui é saber se o custo não vai ser menor com uma ação preventiva do que com uma crise bancária", explicou. O ministro atacou as previsões de que o custo de ajuda do Proer ao Unibanco, que comprou o Banco Nacional, será de R\$ 4 bilhões. Segundo ele, esse é o valor total da linha de crédito que foi colocada à disposição do banco paulista, mas não significa que todo o dinheiro será usado. Malan atacou as previsões que dizem que o número de bancos vai cair de 260 para perto de 100.

Malan negou veementemente a possibilidade de o governo lançar um programa de ajuda a fusões de empresas, nos mesmos moldes do Proer. "Isso não está sendo levado a sério." O ministro explicou que, no caso dos bancos, os bens dos acionistas ficam indisponíveis, como garantia dos empréstimos. Malan disse, irônico, que se os empresários quiserem oferecer suas ações como garantia, o governo pode achar uma fórmula para resolver o problema deles.

Almoço — Num almoço com empresários da construção civil, no Jockey Club do Rio, o ministro disse que o compromisso do governo não é apenas com a queda da inflação. Em seu discurso, Malan enfatizou que outro objetivo do governo é o crescimento da economia, que este ano, segundo ele, ficará entre 4% e 4,5%.

Malan antecipou que a trajetória da economia em 1996 será inversa à de 1995. O primeiro trimestre do próximo ano, avisou, será um período de uma taxa de crescimento menor do que a registrada no mesmo período deste ano, que foi de mais de 10%. O ministro citou uma previsão do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), que indica uma taxa de 3% no período, mas que esse número deve aumentar depois.

À noite, o ministro participou do encerramento do XV Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enae), promovido pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Em seu discurso, o ministro afirmou que acabou a época de utilizar o câmbio indexado como instrumento de compensação aos exportadores por falhas estruturais, como o custo Brasil. "Nossa política cambial é clara", disse.



Pedro Malan, da Fazenda: linhas de financiamento poderão ser concedidas antes da venda das estatais